A IMPORTÂNCIA DO ENSINO BILÍNGUE NA INFÂNCIA

THE IMPORTANCE OF BILINGUAL EDUCATION IN CHILDHOOD

Natalia Orlando da Silva
Dra. Denize Helena Lazarin

RESUMO

Este trabalho aborda a relevância do ensino bilíngue na infância, destacando seus impactos positivos no desenvolvimento cognitivo, linguístico e cultural. A partir das ideias de Megale (2019) que apresenta a educação bilíngue como promotora do desenvolvimento integral, a pesquisa explora o período crítico de aprendizagem (0 a 6 anos), quando o cérebro demonstra maior plasticidade, favorecendo a aquisição de uma segunda língua. Além disso, discute-se como o bilinguismo contribui para o aprimoramento de habilidades metalinguísticas, flexibilidade mental e maior compreensão intercultural. No contexto brasileiro, observa-se que o acesso a escolas bilíngues ainda é limitado por fatores econômicos e políticos, propondo maior democratização da educação para reduzir as desigualdades. O estudo conclui que a introdução do ensino bilíngue na infância não apenas prepara as crianças para uma sociedade multicultural e globalizada, mas também promove uma formação integral, ampliando suas competências e potencialidades.

Palavras-chave: Ensino Bilíngue, educação, infância, desenvolvimento.

ABSTRACT

The present article examines the importance of introducing bilingual education in early childhood, highlighting its cognitive, cultural, and linguistic benefits. Based on Megale's (2019) studies, which emphasize Bilingual Education as a promoter of multidimensional development, the article explores the advantages of beginning second language acquisition during the critical period of 0 to 6 years, when the brain exhibits greater plasticity, facilitating second language acquisition. Furthermore, it discusses how bilingualism enhances metalinguistic skills, mental flexibility, and cultural bridges. The research also addresses the challenges of bilingual education in Brazil, such as restricted access to bilingual schools due to economic and political barriers, proposing greater democratization of education to reduce inequalities. Thus, this study reinforces that introducing bilingual education during childhood prepares children for a multicultural and globalized society and fosters comprehensive development, broadening their competencies and realizing their full potential.

Keywords: Bilingual Education, childhood, development, education.

Considerações Iniciais

Nos últimos anos, o ensino bilíngue tem ganhado destaque como uma abordagem educacional promissora para crianças em idade escolar. Com isso, a seguinte pergunta será analisada: Por que o ensino bilíngue tem sido amplamente difundido na infância?

Este estudo é de natureza bibliográfica, baseado em uma revisão de literatura acadêmica sobre o tema, utilizando artigos científicos, livros especializados e documentos oficiais como fontes principais. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com análise interpretativa das obras selecionadas.

A crescente globalização e interconectividade têm levado muitas comunidades a reconhecerem a importância de desenvolver habilidades linguísticas desde a infância, a fim de preparar os alunos para um mundo cada vez mais diversificado e multicultural. Neste contexto, pretendemos explorar os desafios e oportunidades associados ao ensino bilíngue para crianças. Examinaremos os fundamentos teóricos dessa abordagem educacional, os benefícios cognitivos e socioemocionais que oferece.

A escolha deste tema se justifica pela importância crescente do domínio de idiomas adicionais, como o inglês, na sociedade contemporânea, assim como pela necessidade de compreendermos melhor como as crianças aprendem e se desenvolvem em contextos bilíngues.

É um tema que visa o ensino da segunda língua para crianças desde o ensino infantil, visto que para Chomsky (1965), o indivíduo tem uma capacidade inata para adquirir a linguagem, porém, seu desenvolvimento depende de estímulos e interações ambientais. Assim, nada é completamente natural no processo de aprendizagem; é necessário considerar o papel ativo do meio no qual o indivíduo está inserido. O ensino bilíngue não é exceção, uma vez que a aprendizagem de uma segunda língua requer um planejamento pedagógico estruturado, a formação continuada de professores capacitados e estratégias adequadas que promovam o ensino de maneira eficaz. Chomsky também defende que há o período crítico para a aprendizagem enquanto criança, após tal período o ensino se torna mais difícil, mas não impossível.

Oliveira (2008) aponta Seliger e Lenneberg para explicar que a melhor época para aprender um novo idioma é durante a infância. Seliger (1978) destaca que a

perda da plasticidade cerebral com o avanço da idade impacta a capacidade de adquirir novas línguas com a mesma fluência de uma criança. Complementando essa ideia, Lenneberg (1967) argumenta que, após a puberdade, a capacidade de auto-organização e adaptação às demandas do comportamento verbal diminui rapidamente. Nesse estágio, o cérebro se estabiliza, e habilidades primárias não adquiridas até então tendem a permanecer deficitárias ao longo da vida. Contudo, isso não significa que o aprendizado de uma segunda língua após essa idade seja impossível. O sucesso dependerá de fatores como motivação, intensidade da exposição ao idioma, estratégias de ensino e oportunidades de prática. Portanto, mesmo adultos podem atingir altos níveis de proficiência linguística, desde que sejam oferecidas condições favoráveis para o aprendizado.

Essa perspectiva é reforçada por vivências em estágios em escolas públicas e particulares, que demonstram como o ensino bilíngue, implementado desde o ensino infantil em instituições privadas, aproveita o período crítico de maior plasticidade cerebral. Durante a infância, o cérebro em desenvolvimento favorece a flexibilidade mental e a aquisição de novas habilidades linguísticas, facilitando a assimilação de línguas estrangeiras. A exposição adiantada da criança a diferentes sons, estruturas gramaticais e vocabulários não apenas expande o repertório verbal, mas também estimula áreas cerebrais associadas à memória, resolução de problemas e criatividade. Esse período crítico cria uma base sólida para o aprendizado contínuo ao longo da vida.

A Educação Bilíngue é um sistema educacional no qual a instrução é planejada e ministrada em pelo menos duas línguas simultaneamente ou consecutivamente, visando o desenvolvimento multidimensional dos alunos através das línguas de instrução. Ela promove o diálogo entre culturas, a negociação de poder e a construção de relações equânimes, não se limitando a programas onde a língua adicional é apenas ensinada como matéria, mas utilizada para a construção de conhecimentos em diversas áreas acadêmicas.

Nossa hipótese para esta pesquisa é que a educação bilíngue tem assumido uma importância crescente para o mercado no ensino brasileiro atual, devido à sua contribuição para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças. Além disso, a educação bilíngue promove a aquisição de duas línguas desde cedo, ampliando a compreensão e o respeito por diferentes culturas. O objetivo deste

estudo é aprofundar o entendimento sobre o ensino bilíngue para crianças, destacando seus potenciais benefícios e desafios.

1 Bilinguismo

O Bilinguismo é compreendido por muitas pessoas pela capacidade de um indivíduo de usar duas línguas de forma eficaz. Porém o bilinguismo é um conceito complexo que varia conforme o contexto social, econômico e cultural da comunidade.

Megale (2019) discute os tipos de Bilinguismo e propostas de autores que trazem os conceitos de cada tipo. De acordo com Wei, 2000 *apud* Megale, 2019, não é possível delinear o ensino bilíngue como uma aprendizagem estática, pois ele se exterioriza e se modifica conforme vários fatores sociais, manifestando-se de várias formas. Conforme o texto de Megale (2019), alguns autores citados afirmam que o desempenho linguístico nas duas línguas nem sempre é o mesmo, pois ele pode variar de acordo com as necessidades da comunidade em que a pessoa está inserida. Além disso, cada indivíduo está em um contexto cultural diferente, com sotaques, gírias e costumes distintos. Megale também argumenta que é necessário considerar uma abordagem ampla e integradora do bilinguismo para que o indivíduo não seja rigidamente classificado como bilíngue aditivo, em que a segunda língua é adquirida sem prejuízo da primeira, ou bilíngue subtrativo, em que o desenvolvimento da segunda língua ocorre em detrimento da língua materna, podendo enfraquecer sua conexão com suas raízes linguísticas, especialmente em um contexto de culturas em constante transformação. Hamers e Blanc, 2000 *apud* Megale, 2019 discutem a relação entre bilinguismo e identidade nacional, considerando a influência de fatores culturais no desenvolvimento linguístico.

Deste modo, o falante bilíngue é considerado alguém que está em constante mudança cultural, social e principalmente linguística, “Entende-se, portanto, que o repertório linguístico não é algo que o sujeito simplesmente possui, e sim que se forma e se desdobra em processos intersubjetivos localizados na fronteira entre o eu e o outro.” (Megale, 2019, p. 21).

Existem várias maneiras pelas quais uma pessoa pode se tornar bilíngue, e diferentes tipos de bilinguismo são frequentemente categorizados com base em

quando e como as línguas são aprendidas. O Bilíngue balanceado, segundo Wei (2000), é o Indivíduo que possui competência semelhante em ambas as línguas, usando-as com igual proficiência em diferentes contextos. No Bilíngue dominante o Indivíduo tem uma língua mais forte ou dominante em relação à outra, utilizando-a com mais frequência e proficiência. O Bilíngue composto, a pessoa que aprendeu duas línguas no mesmo contexto, armazena conceitos de ambas as línguas em um único sistema semântico. Quem aprendeu duas línguas em contextos diferentes, desenvolvendo dois sistemas semânticos separados, um para cada língua está no contexto do Bilíngue coordenado. Destacam-se também o bilinguismo simultâneo, que ocorre quando a criança adquire duas línguas ao mesmo tempo desde cedo, geralmente antes dos três anos de idade; e o bilinguismo consecutivo, que acontece quando a criança adquire uma segunda língua após ter estabelecido a primeira, geralmente após os três anos de idade.

2 Ensino Bilíngue

Megale (2019), em seu livro *Educação Bilíngue no Brasil*, discute que a Educação Bilíngue deve promover o desenvolvimento multidimensional das línguas envolvidas. Isso significa que o ensino deve ir além da simples aprendizagem linguística, abrangendo também aspectos culturais, cognitivos e sociais. A autora enfatiza a valorização do translingualismo, que é a prática de transitar entre diferentes línguas e modos de comunicação de forma fluida e dinâmica. No contexto educacional, isso implica reconhecer e valorizar as habilidades linguísticas dos estudantes em todas as suas línguas, permitindo que utilizem seus recursos linguísticos completos para aprender e se expressar. Dessa forma, a Educação Bilíngue não deve apenas ensinar duas línguas de maneira isolada, mas integrá-las em um processo de aprendizagem que reconheça e valorize a interação e a troca entre elas.

Os especialistas apresentam compreensões diversas sobre as tipologias e os termos relacionados à Educação Bilíngue, o que frequentemente gera conflitos devido à amplitude dessa temática de pesquisa. Megale (2019) destaca o conceito de Hamers e Blanc (2000), os quais definem a Educação Bilíngue como “qualquer sistema de educação escolar no qual, em dado momento e período, simultânea ou consecutivamente, a instrução é planejada e ministrada em pelo menos duas

línguas” (HAMERS; BLANC, 2000, p. 189, *apud* MEGALE, 2019). É importante ressaltar que esse conceito se aplica especificamente quando a segunda língua é aprendida com fins acadêmicos. Além disso, no cerne da Educação Bilíngue está a difusão de saberes que promovem a sensibilização intercultural, permitindo a superação de visões essencialistas e favorecendo o diálogo entre diferentes bases culturais.

Partindo para uma visão do ensino bilíngue e cognição infantil, Barbosa (2020) em seu trabalho *Alfabetização Bilingue Precoce: Uma Revisão Bibliográfica sobre o Ensino Bilíngue na Educação Infantil e nos Anos Iniciais*, menciona os autores Hull e Vaid (2006), os quais realizaram pesquisas que mostraram que pessoas bilíngues expostas a uma educação bilíngue na infância ativam os dois hemisférios cerebrais, ao contrário de indivíduos monolíngues e bilíngues que começaram mais tarde, que mostram uma dominância de atividade cerebral no hemisfério esquerdo.

Estudos indicam que a fase de 0 a 6 anos pode ser um período propício para a aquisição de um segundo idioma, que é quando o aprendiz tem a maior capacidade cognitiva de aprender, assimilar e compreender coisas novas. Contudo, há diversos desafios. Butler e Hakuta (2004) entendem que um desses desafios é a necessidade que a criança desenvolva as duas línguas igualmente para que então possa ser classificada como bilíngue, e sem que haja hierarquização entre os dois idiomas. Ademais, vem a atenção necessária dos pais e responsáveis para que a criança não perca seu idioma materno. Com esse propósito as duas línguas devem ser praticadas no âmbito familiar e também a interação com diferentes culturas ligadas à segunda língua para construir sentidos. Butler e Hakuta (2004) abordam ainda a necessidade de ensinar a criança a importância e cultura de cada idioma.

Baker e Jones (1998) sugerem que uma forma eficaz de ensinar uma segunda língua a uma criança é integrá-la a atividades diárias, como durante refeições, brincadeiras, músicas, contação de histórias e pintura. Essas práticas são profundamente motivadoras, pois envolvem a linguagem em contextos concretos e familiares, enriquecidos por estímulos visuais que facilitam a compreensão e o aprendizado.

Ao citar o contato com a cultura e o idioma, a autora Vieira Barbosa (2020) se refere a mais do que viagens ao exterior, se estendendo a tudo que o país produz, desde músicas até livros. Conforme destacado por Barbosa (2020), Wadsworth

(1987) observa que ninguém conhece algo somente tendo contato com aquilo, ou porque viu alguma coisa, mas comenta que o conhecimento surge quando há assimilação entre o contato e as percepções que manifestam-se após esse contato, sendo então o processo de construção, o conhecimento e a experiência.

A autora Vieira Barbosa (2020) menciona que, infelizmente, algumas pesquisas feitas nos anos 60 foram realizadas de forma imprecisa. Pelos motivos de que as pesquisas foram feitas com indivíduos que não tinham domínio total da segunda língua e por não terem recursos socioeconômicos. Naquela época, dominar dois idiomas não era bem visto pela sociedade, em decorrência destes erros, surgiram mais preconceitos em relação ao bilinguismo, gerando desconfiança quanto à alfabetização das crianças em mais de um idioma. Sabe-se que hoje existem estudos os quais indicam que a qualidade que a criança desenvolverá a fala vai depender de muitos fatores, envolvendo o estímulo dos pais e o contato social.

Portanto, é essencial que os pais e educadores promovam um ambiente rico em estímulos e valorizem ambos os idiomas para que a criança desenvolva plenamente suas capacidades bilíngues.

3 Ensino Bilíngue no contexto Brasileiro

A BNCC, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), prevê a formação de competências linguísticas em língua estrangeira moderna, com ênfase no inglês, mas sem a obrigatoriedade de uma educação bilíngue estruturada para toda a educação básica. A BNCC menciona o desenvolvimento de habilidades comunicativas para preparação dos estudantes para um mundo globalizado, porém, não estabelece diretrizes claras para a ampliação do ensino bilíngue em larga escala (BRASIL, 2017). A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece princípios gerais para a educação nacional, mas contempla o ensino bilíngue de forma restrita. O artigo 26 parágrafo 5º da LDB especifica a oferta língua inglesa a partir do sexto ano do Ensino Fundamental § 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. No entanto, iniciativas para promover uma educação bilíngue em escolas regulares ainda são escassas.

É comum no Brasil associarmos o ensino bilíngue ao ensino do português e do inglês. Segundo Megale (2019), essa concepção ignora a diversidade linguística

do país, que abriga outras línguas, como as faladas pelas comunidades indígenas, surdas e imigrantes. A legislação vigente ainda não contempla de forma abrangente o funcionamento das escolas bilíngues no Brasil. Megale (2019) também ressalta, com base em Cavalcanti (1999), que o mito do monolinguismo contribui para o "apagamento" dessas outras línguas.

Megale (2019) também refere-se a alguns decretos em que o ensino bilíngue é contemplado: Educação Bilíngue Indígena, respaldada pela Constituição Brasileira de 1988; Educação Bilíngue para Surdos, assegurada pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005; Educação Bilíngue em Contextos de Imigração; e Educação Bilíngue em Contextos de Fronteira. Com o fenômeno do crescimento das escolas que oferecem o ensino bilíngue em que o inglês é o segundo idioma, fez com que essa modalidade seja conhecida como "ensino bilíngue de línguas de prestígio".

Outro aspecto relevante é a questão financeira, já que o acesso a escolas com esse currículo é limitado, especialmente porque poucos estados oferecem escolas públicas de ensino bilíngue. No Distrito Federal, por exemplo, quatro escolas públicas começaram a implantar o ensino bilíngue em 2022, não somente com o inglês, mas também alemão, francês e espanhol. No estado do Paraná, Ibiporã em parceria com o governo, possui a primeira escola bilíngue da região metropolitana de Londrina.

Apesar dos inúmeros benefícios associados à educação bilíngue, o Brasil ainda enfrenta desafios para a implementação de políticas públicas efetivas que garantam o acesso equitativo ao ensino de uma segunda língua em escolas públicas. Atualmente, o ensino bilíngue está regulamentado de forma limitada e segmentada.

Para que o ensino bilíngue seja de fato democratizado no Brasil, é necessário um esforço conjunto entre governos federal, estaduais e municipais, com a implementação de políticas educacionais claras e investimentos em capacitação de professores e infraestrutura. A inclusão de diretrizes mais específicas na BNCC, bem como o incentivo a programas bilíngues em mais estados, pode ser um caminho para ampliar os benefícios comprovados do bilinguismo para um número maior de crianças.

4 Bilinguismo, infância e cognição

A educação bilíngue tem sido amplamente estudada por seus impactos positivos no desenvolvimento cognitivo das crianças, especialmente no que se refere às funções executivas. Pinto e Silva (2024) argumentam que o bilinguismo contribui diretamente para o aprimoramento do controle inibitório, da memória de trabalho e da flexibilidade cognitiva, habilidades cruciais para o desempenho acadêmico e social. O controle inibitório, por exemplo, é fortalecido pela necessidade constante de selecionar o idioma apropriado em diferentes contextos, ignorando informações irrelevantes e focando na tarefa em questão. Esse processo constante de filtragem linguística aprimora a capacidade de concentração e atenção das crianças bilíngues.

A memória de trabalho, fundamental para o aprendizado, é igualmente beneficiada no contexto bilíngue pelos autores. Durante a alternância entre dois sistemas linguísticos, as crianças precisam reter e manipular informações simultaneamente, o que contribui para uma maior eficiência em tarefas cognitivas complexas. Outro ponto destacado pelos autores é a flexibilidade cognitiva, que se refere à capacidade de alternar entre diferentes tarefas ou perspectivas. Crianças bilíngues apresentam uma adaptabilidade maior a mudanças, característica essencial para a resolução de problemas e para a criatividade.

Conforme Pinto e Silva (2024), esses ganhos cognitivos estão profundamente interligados ao desenvolvimento socioemocional, evidenciando que a educação bilíngue desempenha um papel central na formação de indivíduos capazes de interagir de maneira eficaz em contextos multiculturais.

Pimentel (2021) explica que para o aprendizado da segunda língua ser efetivo, as Funções Executivas precisam ser constantemente desafiadas, o que de acordo com suas pesquisas, não acontece em escolas que oferecem apenas duas horas semanais de contato com a segunda língua. Essa informação não é tão precisa pois há estudos e vivências que provam a dispensa de uma imersão mais longa para o aprendizado de uma segunda língua na infância.

Em contraponto, Dias e Muner (2019) enfatizam que, ao contrário de concepções antigas que consideravam o bilinguismo um obstáculo à aprendizagem, hoje é reconhecido que o contato precoce com duas línguas não só facilita o aprendizado linguístico, mas também melhora o desempenho cognitivo, permitindo

que as crianças desenvolvam maior flexibilidade mental, criatividade, e habilidades de resolução de problemas, também afirma

Sobre a crença do bilinguismo infantil ser benéfico, muitas teorias e pesquisas evidenciam o poder de aprendizagem do cérebro infantil e a sua capacidade de memorização. O cérebro infantil apresenta maior flexibilidade e realiza um número imensurável de conexões neuronais, estas redes de neurônios são responsáveis pela interação e o desenvolvimento da criança no mundo, tornando a aprendizagem mais rápida e fácil. Ou seja, o que a pessoa aprende ainda na infância dificilmente irá se esquecer na vida adulta (Dias e Muner, 2019, p. 231).

Além disso, Dias e Muner (2019) citam a pesquisa de Brentano e Finger (2010) na qual investigaram se um grupo de crianças brasileiras em ambiente escolar bilíngue, com apenas 10 horas semanais de contato com o inglês, apresentaria diferenças em consciência linguística e metalinguística em relação a crianças monolíngues. Para isso, foi utilizada uma tarefa de produção de orações passivas em português, onde as crianças assistiam a um vídeo com cenas de ações simples e complexas, realizadas por personagens humanos e animais. Os resultados relataram que as crianças bilíngues produziram essas estruturas com maior rapidez e facilidade do que as crianças monolíngues, demonstrando habilidades metalinguísticas mais apuradas e melhor controle cognitivo dos processos linguísticos (Dias e Muner, 2019, p. 239).

Pimentel (2021) se baseia nas pesquisas de Sara Gable e Melissa Hunting (2000), as quais indicam que o desenvolvimento mental e social das crianças são amplamente influenciados pelas experiências que vivenciam. Assim complementa Pimentel:

[...] em um ambiente de aprendizagem focado em duas línguas, a criança aprende a adaptar progressivamente o uso de cada uma delas para eventos e situações específicas e apropriadas culturalmente, enriquecendo seu repertório e experiências de aprendizagem e exercitando suas habilidades de inibição e flexibilidade cognitiva (Pimentel, 2021, p. 16).

Pimentel ainda cita que de acordo com Genesee (1987), a evolução da criança na segunda língua passa por várias fases: inicialmente, ela prefere usar a língua materna por insegurança; depois, entra em uma fase de "silêncio" onde assimila mentalmente a nova língua; e, por fim, começa a formar frases mais complexas no segundo idioma.

Pimentel (2021) defende que para a aprendizagem ocorrer naturalmente, é essencial que a escola crie um ambiente que incentive o uso da segunda língua, mas sempre respeitando as origens e preferências da criança. O aprendizado de um novo idioma deve ser promovido por meio de orientações pedagógicas adequadas, brincadeiras e experiências que permitam à criança criar significados próprios e desenvolver gosto pelo idioma. A valorização dessas oportunidades deve ser o foco central da Educação Bilíngue.

Mello (2017) em sua dissertação “A Educação Bilíngue Educa Para Que? Uma Análise De Pesquisas Acerca Do Bilinguismo Na Infância”, menciona que os autores Flores (2011) e Schütz (2004) defendem a educação bilíngue na infância pelo entendimento descomplicado da criança ao aprender uma segunda língua. Mello também explora como o bilinguismo afeta o desenvolvimento da fala na infância, utilizando como base as ideias de Vygotsky. De acordo com Vygotsky (2001), o bilinguismo vai além de simplesmente analisar a influência de uma segunda língua sobre a língua materna; ele requer um estudo mais abrangente do desenvolvimento da fala da criança, considerando o conteúdo psicológico atribuído ao bilinguismo.

Mello (2017) cita que Vygotsky descreve a fala como um fenômeno mediador que conecta o indivíduo ao mundo e é essencial para o desenvolvimento humano. Ele distingue três tipos de fala: a fala social (ou externa), a fala egocêntrica e a fala interna. A fala egocêntrica é vista como um estágio intermediário entre a fala social e a fala interna, desempenhando um papel crucial no processo de pensamento verbal da criança. Além disso, a fala egocêntrica é especialmente importante em situações em que a criança enfrenta obstáculos ou dificuldades. Nesse contexto, a criança utiliza a fala egocêntrica como uma ferramenta para resolver problemas, o que destaca a importância da fala no desenvolvimento cognitivo e emocional, especialmente em um ambiente bilíngue. Portanto, o bilinguismo na infância não apenas influencia o desenvolvimento da fala, mas também o processo cognitivo e emocional da criança, conforme ela aprende a usar diferentes tipos de fala para interagir com o mundo ao seu redor.

Além disso, Mello (2017) explora como o bilinguismo influencia a consciência metalinguística das crianças, ou seja, a habilidade de refletir sobre a linguagem e seu uso. Segundo a autora, essa consciência aprimorada permite que as crianças bilíngues sejam mais adaptáveis e criativas na comunicação. Mello (2017)

argumenta que o desenvolvimento da consciência metalinguística não só melhora a competência linguística das crianças, além de promover maior flexibilidade cognitiva, permitindo que se adaptem a diferentes situações e resolvam problemas de forma criativa e eficaz.

Por fim, Mello (2017) enfatiza que a abordagem abrangente é essencial para entender completamente o impacto do bilinguismo, não apenas em termos de aquisição linguística, mas também no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. O ensino bilíngue na infância é, portanto, apresentado como um fenômeno complexo que molda a personalidade infantil de maneira multidimensional, promovendo um desenvolvimento mais completo e equilibrado.

Em “Professor quanto mais cedo é melhor? O papel diferencial da educação bilíngue”, David (2017) afirma que, apesar das vantagens evidentes do bilinguismo precoce no desenvolvimento cognitivo infantil, ainda existem mitos quanto aos potenciais conflitos que o aprendizado de uma segunda língua pode causar no processo de escolarização. Portanto, sugere que é necessário produzir mais conhecimento sobre como o bilinguismo antecipado influencia a cognição e discutir a relação entre alfabetização e bilinguismo para mitigar essas preocupações e maximizar os benefícios do ensino bilíngue na infância. Ao longo de sua obra, David (2017) enfatiza a importância de expor as crianças ao bilinguismo o mais cedo possível para aproveitar os benefícios cognitivos associados a essa prática, mas também ressalta a necessidade de estratégias educacionais cuidadosas para evitar possíveis impactos negativos no desenvolvimento acadêmico das crianças.

As autoras Costa e Pereira em “A resolução temporal e a aquisição de uma segunda língua” (2023), nos mostram que atualmente o bilinguismo é visto positivamente, porém frisam que na primeira parte do século XX houve debates e dúvidas diante o aprendizado de um segundo idioma enquanto a criança ainda estivesse aprendendo a língua materna. Havia receios de que a introdução de uma segunda língua poderia causar confusão nas crianças, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e a identidade cultural, além de interferir no desempenho escolar, no qual atualmente isso já não é uma preocupação.

No contexto do bilinguismo infantil, que ocorre simultaneamente ao desenvolvimento cognitivo, Megale (2005) diferencia entre bilinguismo simultâneo e consecutivo. No simultâneo, a criança é exposta a duas línguas desde o nascimento, enquanto no segundo, a segunda língua é adquirida após a consolidação da

primeira, por volta dos cinco anos de idade. Essa exposição precoce a duas línguas pode influenciar diretamente o desenvolvimento cognitivo da criança. Megale também cita Harmers e Blanc (2000), os quais propõem que o bilinguismo é um fenômeno multidimensional, destacando a "organização cognitiva" como uma das seis dimensões importantes. Segundo Harmers e Blanc, a organização cognitiva refere-se à maneira como a mente processa, armazena e utiliza informações em dois ou mais idiomas. Nesse aspecto, eles diferenciam o bilinguismo composto e coordenado. No composto, a criança tem uma única representação cognitiva para duas traduções equivalentes, enquanto no coordenado, há representações distintas para cada língua. Essa distinção na organização cognitiva pode ter influência no processamento de informações e na forma como a criança lida com diferentes línguas.

O estudo do bilinguismo evoluiu consideravelmente desde então, e hoje é amplamente reconhecido que ele traz benefícios cognitivos significativos. Entre os principais fatores cognitivos que envolvem o ensino bilíngue está a resolução temporal, que Costa e Pereira (2023) destacam como uma habilidade crucial no aprendizado de línguas. A resolução temporal tange à capacidade de perceber e diferenciar sons que ocorrem em rápida sucessão, o que é essencial para o processamento auditivo eficiente e para a compreensão da fala em uma segunda língua. Na aquisição de uma segunda língua, a resolução temporal permite que o ouvinte consiga captar pequenas variações acústicas entre os fonemas de diferentes idiomas, essenciais para a compreensão auditiva e a fluência oral. Costa e Pereira ressaltam que essa habilidade é essencial para o sucesso do aprendizado bilíngue, pois na fala ocorrem constantes mudanças de estímulos sonoros, e o cérebro precisa sincronizar essas informações auditivas para que haja uma representação clara e compreensível dos sons.

As autoras Costa e Pereira (2023) também falam sobre a idade para aprender a segunda língua. Há pesquisas que sugerem que a idade de aquisição tem um impacto significativo na capacidade de desenvolver proficiência nas línguas, é durante a infância que o cérebro está mais adaptável à aprendizagem linguística, o que facilita a aquisição da segunda língua de forma mais natural. Durante a convivência com o segundo idioma desde a primeira infância, a criança aplica esse conhecimento em seu cotidiano, beneficiando-se imediatamente dessa aquisição.

Além disso, Costa e Pereira (2023) citam os estudos de Hamers e Blanc, os quais reforçam essa perspectiva ao especularem que crianças que aprendem uma segunda língua em idade precoce têm mais facilidade em desenvolver um bilinguismo balanceado, em que o domínio das duas línguas é semelhante. Enfatizam a importância da idade de aquisição como uma dimensão crucial que influencia a competência linguística e o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Oliveira em “Percepções de adultos sobre aprender língua inglesa” (2010), cita a perspectiva de Lenneberg (1967) sobre o período crítico para adquirir uma segunda língua:

depois da puberdade, a capacidade de auto-organização e ajuste às demandas psicológicas do comportamento verbal declinam rapidamente. O cérebro comporta-se como se tivesse se fixado daquela maneira e as habilidades primárias e básicas não adquiridas até então geralmente permanecem deficientes até o fim da vida (Lenneberg, 1967 *apud* Oliveira, 2010, p. 220-221).

Em “Abordagens teóricas no processo de aquisição de segunda língua” (2010) as autoras Smolinski e Ney citam que Chomsky acredita que a aquisição de uma segunda língua na infância envolve a ativação de uma capacidade inata para a linguagem, conhecida como Gramática Universal.

No contexto da aprendizagem de uma segunda língua, Chomsky e seus seguidores sugerem que essa Gramática Universal também está disponível para aprendizes, embora seu uso possa ser mais ou menos efetivo dependendo da idade e do estágio de desenvolvimento. A principal função do elemento linguístico, neste caso, seria apenas "acionar" as regras da Gramática Universal que já estão presentes no cérebro, minimizando a necessidade de um material intenso ou altamente estruturado. Isso explica por que crianças conseguem adquirir uma segunda língua de forma eficaz, mesmo com uma exposição (nem sempre) limitada e imperfeita a essa língua.

No processo de aquisição de uma segunda língua na infância, os fatores cognitivos desempenham um papel central de acordo com duas teorias predominantes: a Teoria Gerativa e a Teoria Cognitiva. A Teoria Gerativa, formulada por Chomsky, sugere que a capacidade de aprender uma língua é inata ao ser humano, sendo governada por um mecanismo cerebral chamado Gramática

Universal. Em contraste, a Teoria Cognitiva propõe que a aprendizagem de uma segunda língua está integrada a competências cognitivas gerais, não sendo específica à linguagem. As autoras Smolinski e Ney ainda afirmam:

A Teoria Cognitiva, por outro lado, está mais direcionada ao uso que os aprendizes fazem do sistema de L2. Ao contrário dos Gerativistas, os teóricos Cognitivos acreditam que o idioma não é uma unidade independente no cérebro, mas sim uma faculdade aprendida como qualquer outra habilidade, passo a passo, e que seu domínio vem do uso contínuo (Ney e Smolinski, 2010, p. 80)

A teoria enfatiza que o domínio da segunda língua ocorre por meio do uso contínuo, com os aprendizes gradualmente desenvolvendo e ajustando suas representações mentais da língua à medida que têm mais contato com o idioma. Ainda de acordo com Smolinski e Ney (2010), embora essas duas teorias se apresentem como visões opostas, estudiosos como Towell e Hawkins sugerem que elas podem ser complementares. Segundo esses autores, a Gramática Universal pode explicar por que certas estruturas linguísticas são adquiridas mais cedo do que outras, enquanto a Teoria Cognitiva pode ajudar a entender como esse conhecimento é utilizado em interações reais e se torna fluente. Dessa forma, o aprendizado de uma segunda língua na infância pode ser visto como um processo que envolve tanto predisposições biológicas quanto o uso ativo da cognição para consolidar a nova linguagem.

Chomsky fala sobre o potencial que a criança possui para diferenciar sinais de trocas de linguagem em “Aspects of the Theory of Syntax”

Thus what is maintained, presumably, is that the child has an innate theory of potential structural descriptions that is sufficiently rich and fully developed so that he is able to determine, from a real situation in which a signal occurs, which structural descriptions may be appropriate to this signal, and also that he is able to do this in part in advance of any assumption as to the linguistic structure of this signal (Chomsky, 1965, p. 32).¹

¹ Assim, o que se afirma, presumivelmente, é que a criança tem uma teoria inata de descrições estruturais potenciais que é suficientemente rica e plenamente desenvolvida para que seja capaz de determinar, a partir de uma situação real em que ocorre um sinal, quais descrições estruturais podem ser apropriadas para esse sinal, e também que ele é capaz de fazer isso em parte antes de qualquer suposição quanto à estrutura linguística deste sinal (Chomsky, 1965, p. 32, tradução nossa).

Ou seja, de acordo com Chomsky, uma criança que aprende um idioma desenvolve uma representação interna de um sistema de regras que determinam como as frases devem ser formadas, usadas e entendidas. Oliveira (2005) em “Aquisição de segunda língua e desenvolvimento cognitivo” afirma

Os autores que defendem a idade crítica como sendo durante a infância, na fase de alfabetização, utilizam como argumentos a imaturidade das matrizes neuronais, o que faz com que o conteúdo adquirido durante o amadurecimento dessas estruturas torne-se fixo na memória, e mesmo que não seja praticado posteriormente, ainda será mantido como memória latente (Oliveira, 2005, p. 15).

Ainda segundo Oliveira (2005), também existem os autores que afirmam a idade crítica sendo antes da puberdade, pois a criança tem a língua nativa para se basear nos significados e fazer interligações com os conteúdos adquiridos.

Podemos afirmar que o ponto central discutido pelos autores citados é de que a aquisição de uma segunda língua, especialmente durante a infância, é um processo complexo que envolve fatores cognitivos, biológicos e sociais. Embora no início do século XX houvesse receio de que o bilinguismo pudesse prejudicar o desenvolvimento infantil, pesquisas atuais, como as de Costa e Pereira (2023), comprovam que o bilinguismo traz benefícios significativos, especialmente no que diz respeito à resolução temporal e ao desenvolvimento cognitivo.

A idade de aquisição é crucial, sendo a infância o período mais propício devido à plasticidade cerebral e à capacidade de absorver as estruturas linguísticas de maneira eficiente. Teorias como a de Chomsky, com a Gramática Universal, e a Teoria Cognitiva mostram que o aprendizado de uma segunda língua pode ser visto sob diferentes perspectivas, mas ambas concordam que a interação entre predisposições biológicas e a prática contínua da língua é essencial para o desenvolvimento de fluência e proficiência. Dessa forma, o bilinguismo, longe de ser prejudicial, representa uma oportunidade para ampliar as capacidades cognitivas e culturais, desde que a aprendizagem seja incentivada e bem orientada desde cedo.

4.1 Aspectos Culturais

Retornando aos estudos de Megale (2005), a autora se baseia nos estudos de Hamers e Blanc (2000), os quais afirmam que o bilinguismo é também um fator multicultural, então deve ser estudado como tal. Para Hamers e Blanc (2000), os bilíngues podem ser diferenciados com base na identidade cultural, resultando em bilíngues biculturais, monoculturais, não culturais e desculturais.

O bilinguismo bicultural é entendido como um indivíduo bilíngue que se identifica ativamente com dois grupos culturais e é reconhecido pelos seus respectivos grupos culturais. No bilinguismo monocultural, os indivíduos bilíngues se identificam com apenas um dos grupos relacionados e são reconhecidos culturalmente por um dos grupos. Megale (2005) alega, deve-se notar que os bilíngues podem ser fluentes em dois idiomas, mas ainda assim serem monoculturais. Considera-se pessoa não cultural aquele indivíduo que abandonou a identidade cultural associada à sua língua nativa e adotou os valores culturais associados ao grupo de falantes secundários. Por fim, o bilinguismo descultural ocorre quando indivíduos bilíngues abandonam a sua identidade cultural, mas não conseguem adotar aspectos culturais do grupo linguístico secundário.

Harmers e Blanc (2000) argumentam que os princípios básicos do comportamento linguístico são: a interação contínua da dinâmica social e individual da linguagem, os processos complexos entre as formas de comportamento linguístico e as funções que as utilizam, a interação mútua entre a linguagem e a cultura. A cultura sendo a autorregulação de todos os traços comportamentais de ordem superior. Portanto, a linguagem e a apreciação são centrais para todo o processo de interação. Megale (2005) diz que o conceito multidimensional não se baseia apenas na teoria do comportamento da fala, mas também leva em consideração conceitos de diferentes disciplinas: psicologia, sociolinguística, sociologia e linguística. Megale afirma que como apontam Hamers e Blanc (2000), o bilinguismo é um fenômeno complexo que deve ser estudado levando em consideração diferentes níveis de análise: individual, interpessoal, intergrupar e social. Portanto, Megale completa

Considera-se então, que ao classificar indivíduos como bilíngües ou monolíngües, a dimensão ou as dimensões analisadas para tal classificação deve ser expostas, facilitando, assim, o entendimento não só de quem está sendo classificado, como também de todos que se encontram de alguma forma envolvidos na questão (Megale, 2005, p. 7).

No artigo “Estudos sobre a relação entre bilinguismo e cognição: o controle inibitório e a memória de trabalho” (2012), os autores Limberger e Buchweitz discutem a influência de fatores culturais no ensino bilíngue, focando principalmente nas diferenças entre bilíngues brasileiros e canadenses. Os pesquisadores destacam que os canadenses bilíngues, que se comunicam em inglês e francês, geralmente demonstram benefícios cognitivos, como um controle inibitório aprimorado e uma memória de trabalho mais eficiente, algo que não é necessariamente encontrado entre os bilíngues do Brasil.

De acordo com os autores, essas distinções podem ser explicadas por diversos fatores culturais e contextuais. Limberger e Buchweitz (2012) baseiam-se nos bilíngues do sul do Brasil, que dominam o português e o Hunsrückisch (um dialeto de origem alemã), nos quais, em geral não têm acesso a uma educação formal em ambas as línguas, diferentemente do que ocorre com os canadenses. Além disso, Limberger e Buchweitz também alegam que os brasileiros que falam mais de uma língua costumam enfrentar realidades socioeconômicas distintas, com acesso limitado a recursos educacionais e tecnológicos, incluindo a utilização de computadores. A formação educacional dos bilíngues brasileiros, especialmente entre os mais velhos, também costuma ser inferior, o que pode afetar o desempenho nos testes.

Limberger e Buchweitz sugerem que a falta de vantagem cognitiva em brasileiros bilíngues pode estar relacionada à falta de habilidades de alfabetização em ambas as línguas, o que acaba afetando o controle inibitório e o desempenho em tarefas complexas. Fatores culturais podem influenciar diretamente os benefícios cognitivos associados ao bilinguismo no Brasil, o que difere significativamente do contexto canadense, com isso, ainda afirmam Limberger e Buchweitz

Há, portanto, uma gama de possibilidades de pesquisas que podem ser realizadas no Brasil. Contudo, fatores como a falta de proficiência em duas habilidades (escrita e leitura) em uma das línguas, língua(s) estrangeira(s) adicionais, menor nível de escolaridade, quantidade de uso das línguas e de exposição e número de participantes precisam ser controlados (Buchweitz e Limberger, 2012, p. 82).

Megale (2005) também faz uma afirmação semelhante

Quando se discute educação bilíngüe para crianças de grupos minoritários deve-se ressaltar que essas crianças freqüentemente vêm de comunidades

socialmente desprovidas, como é o caso dos grupos indígenas no Brasil ou mesmo de grupos imigrantes, como os hispânicos nos Estados Unidos (Megale, 2005, p. 9).

Dessa forma, futuras pesquisas no Brasil devem controlar fatores como a escolaridade, a proficiência escrita e a exposição às línguas. Essas investigações podem fornecer uma melhor compreensão das diferenças cognitivas em bilíngues brasileiros e também contribuir para políticas educacionais que promovam o desenvolvimento bilíngue em contextos menos favorecidos, ajudando a preservar a rica diversidade linguística do país.

Considerações Finais

A partir da concretização deste estudo, distinguimos que o ensino bilíngue na infância oferece uma série de benefícios que vão além do desenvolvimento linguístico, abrangendo também aspectos cognitivos e culturais. O objetivo central foi entender as vantagens do bilinguismo na educação infantil, questionando se sua introdução precoce é realmente vantajosa.

A hipótese inicial era de que a introdução do bilinguismo na infância poderia trazer benefícios significativos, como o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores e a facilitação da aquisição linguística, além de promover uma valorização cultural mais ampla. Ao longo do estudo, essa hipótese foi amplamente validada. As pesquisas destacaram que crianças expostas ao bilinguismo na primeira infância tendem a apresentar maior flexibilidade mental, melhores capacidades de resolução de problemas e uma predisposição para a compreensão e o respeito e conhecimento de diferentes culturas.

Além disso, examinamos também os aspectos teóricos que fundamentam o ensino bilíngue, como as teorias cognitivas que abordam a influência do bilinguismo sobre a plasticidade cerebral e a aquisição de habilidades metalinguísticas. Constatou-se no estudo que, no período crítico de 0 a 6 anos, o cérebro infantil possui maior adaptabilidade para a aprendizagem de novos idiomas, tornando-se uma fase ideal para a aquisição de uma segunda língua, o que favorece a retenção de conhecimentos ao longo da vida.

Observamos também que o crescimento das escolas bilíngues no Brasil se deve tanto aos benefícios do bilinguismo quanto a fatores econômicos. Atualmente,

as escolas bilíngues que encontramos, geralmente, são instituições privadas com custos altos e fora do alcance de uma parcela da população, ou seja, acabam sendo mais acessíveis para famílias com maior poder aquisitivo, o que limita a democratização do ensino bilíngue e acaba reforçando a desigualdades no acesso a oportunidades educacionais. O estudo aponta que, embora as escolas bilíngues tragam benefícios evidentes, o acesso a elas ainda é restrito, o que cria uma barreira socioeconômica e limita os potenciais benefícios a uma parte da população.

Diante dos inúmeros benefícios cognitivos proporcionados pela educação bilíngue na infância, torna-se essencial que as políticas públicas brasileiras passem a abordar essa modalidade de ensino de forma mais abrangente e inclusiva. Políticas educacionais que incentivem a implementação de programas bilíngues nas escolas públicas poderiam não apenas democratizar o acesso ao ensino bilíngue, mas também promover equidade social, considerando que os benefícios dessa abordagem vão além da aquisição de uma segunda língua, impactando positivamente o desenvolvimento integral das crianças.

Os resultados sugerem que o bilinguismo pode proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento linguístico e cognitivo, promovendo uma formação integral, ampliando as competências da criança para que ela esteja mais bem preparada para os desafios e oportunidades de uma sociedade multicultural e globalizada.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Isabela. **Alfabetização bilíngue precoce: Uma revisão bibliográfica sobre o ensino bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais**. Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem, v. 2, n. 1, p. 59-75, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of Syntax**. Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1965 (54-68).

DA COSTA, Letícia Pinheiro; PEREIRA, Liliane Desgualdo. A RESOLUÇÃO TEMPORAL E A AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA. *In*: DA COSTA, Letícia Pinheiro; PEREIRA, Liliane Desgualdo. **Análise do Discurso e Educação: considerações sobre o ensino de línguas**. [S. l.]: Editora Científica Digital, 2023. p.

10-27. ISBN 9786553603769. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/230613401>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

DIAS, Isabelle Almeida; MUNER, Luana Comito. OS BENEFÍCIOS DO BILINGUISMO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL EM CRIANÇAS DE DOIS A SEIS ANOS. **Revista AMAzônica**, v. 23, p. 230-246, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/5166>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

LIMBERGER, Bernardo Kolling; BUCHWEITZ, Augusto. Estudos sobre a relação entre bilinguismo e cognição: o controle inibitório e a memória de trabalho. *Letrônica, [S. l.]*, v. 5, n. 3, p. 67–87, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/12253>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

MEGALE, Antonieta (org.). **Educação Bilingue no Brasil**. São Paulo: Richmond, 2019.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

MELLO, Larissa de Souza. **A educação bilíngue educa para que? Uma análise de pesquisas acerca do bilinguismo na infância**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

OLIVEIRA, Francis de Faria Noblat de. Aquisição de segunda língua e desenvolvimento cognitivo. 2005. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; DANTAS André Vianna. **Iniciação Científica na Educação Profissional em Saúde: articulando trabalho, ciência e cultura**, v. 4, p. – Curso Técnico de Ensino em Nível Médio de Laboratório em Bodiagnóstico em Saúde – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, H. F. de. **PERCEPÇÕES DE ADULTOS SOBRE APRENDER LÍNGUA INGLESA**. *Poíesis Pedagógica, Catalão*, v. 6, n. 1, p. 147–166, 2010. DOI: 10.5216/rpp.v6i1.10843. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10843>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

PIMENTEL, Isabela Nascimento. **O ensino bilíngue na infância e o desenvolvimento cognitivo**, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21862>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

PINTO, Hevily Aparecida de Paula; SILVA, Luã Armando de Oliveira. QUEM GANHA, QUEM PERDE? **Revista Camalotes**, p. 1-15, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.62559/recam.v1i4.57>. Acesso em: 08 de jan. 2025.

SANTOS DAVID, Ricardo. **PROFESSOR QUANTO MAIS CEDO É MELHOR? O PAPEL DIFERENCIAL DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE**. Link Science Place, v. 6, n. 4, p. 123-141, nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17115/2358-8411/v4n3a3>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

SMOLINSKI, C.; NEY, V. Z. ABORDAGENS TEÓRICAS NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 1, p. 79–86, 2010. DOI: 10.25112/rp.v1i0.689. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/689>. Acesso em: 11 de out. de 2024.